

MILITIA SANCTAE MARIAE
CAVALEIROS DE NOSSA SENHORA

SCHEDE SINTETICHE SUL GENDER
ou SÍNTESES SOBRE GÊNERO

do Pontifício Conselho para os Leigos

Província de São Nuno de Santa Maria, Preceptorado de São Paulo

Julho/2015

Original em italiano disponível em:

<http://www.laici.va/content/dam/laici/documenti/Schede%20Sintetiche%20sulla%20teoria%20gender.pdf>

SITUAÇÃO ATUAL¹

Definição da “teoria de gênero”: a ideia segundo a qual o ser homem ou mulher não corresponde a um dado biológico mas a uma construção cultural, uma questão de “escolha”. A identidade sexual, isto é, o ser homem ou mulher, é substituída pela identidade de gênero, isto é, o “sentir-se” um ou outro, prescindindo do dado biológico, com a possibilidade de variar a própria orientação sexual com base na “percepção” do momento.

Percepção difundida na opinião pública: confunde-se facilmente a “teoria de gênero” com a educação sexual ou com a reivindicação à plena igualdade entre homem e mulher.

Trata-se de um “pensamento único” (Papa Francisco, 11/04/2014) e de uma “colonização ideológica” (Papa Francisco, 19/01/2015) que se está impondo em todos os níveis, utilizando vários canais, no caso da Itália:

Canal normativo (leis ambíguas que tentam fazer aprovar no Parlamento):

Exemplo: PL (projeto de lei) Scalfarotto, aprovado na Câmara em 19/09/2013, que introduz a ofensa de homofobia e transfobia. Observações:

- Não há nenhuma definição da ciência médica que conte a homofobia entre as várias “fobias” e não há nenhuma lei do ordenamento jurídico italiano que lhe defina a natureza de ofensa; também não o faz o PL Scalfarotto. Daqui o risco de infinitas confusões, ambiguidades e manipulações.
- Risco de comprometer o direito à liberdade de opinião: art. 21 da Constituição Italiana: “Todos têm direito de manifestar livremente o próprio pensamento, mediante forma oral ou escrita, e qualquer outro meio de difusão”. Qualquer um que exprimir, em matéria de ética sexual, uma opinião diferente daquela propagandeada pela inteligência de gênero poderá ser tachado de homofobia e punido com prisão.
- Risco de comprometer todo o sistema judiciário, que deve se basear em fatos criminais objetivamente verificáveis. Aqui já não se baseia mais sobre aquilo que objetivamente foi feito ou dito de um presumido homófobo, mas simplesmente na “percepção” que disso teve a pretensa vítima. Todos, em matéria de orientação sexual, poderiam “sentir-se” ofendidos por quaisquer outros, mesmo por motivos fúteis.

Outros exemplos são o PL Cirinnà que quer reconhecer as uniões civis (ou seja, o matrimônio homossexual e, por consequência, por vontade da União Europeia, neste ponto a Itália será forçada a aprovar a adoção de menores por parte de pares homossexuais); o PL Fedeli que quer impor o ensino da ideologia de gênero em todas as escolas.

Canal judiciário (sentenças dos juízes infectados do novo pensamento único):

Exemplo: sentença do tribunal de Messina em 4 de novembro de 2014: afirmou que a identidade de gênero de uma pessoa “pode prescindir transitoriamente ou definitivamente de uma intervenção cirúrgica que modifica os seus caracteres sexuais primários” (a um rapaz de Messina foi reconhecido o direito de ter escrito “feminino” em sua carteira de identidade mesma sem se submeter a alguma intervenção cirúrgica). O gênero está penetrando até por meio do braço armado da lei!

Canal cultural (doutrinação nas escolas)

Na escola italiana está em ação uma verdadeira e própria estratégia de “colonização ideológica” (Papa Francisco), mesmo que os pais não estejam minimamente envolvidos nas escolhas educativas dos professores.

¹ Cf. *Lettera aperta sull'ideologia gender*, M. G. CAPRIO (membro da associação “Movimento per la Vita”), publicada on-line em www.noicattaroweb.it em 02/06/2015.

- Numerosas iniciativas foram postas em execução na *Estratégia nacional para a prevenção e contestação das discriminações baseadas na orientação sexual e na identidade de gênero (2013.2015)*, documento propagandeado pela UNAR (Escritório Nacional Antidiscriminação Racial) – *Presidência do Conselho dos Ministros*, em execução pela recomendação CM/REC(2010) do Comitê dos ministros do Conselho da Europa.
- A *Estratégia Nacional* imposta pela UNAR se põe em óbvia violação do art. 30 da Constituição Italiana que garante e tutela o direito dos pais a educar os próprios filhos. O documento, além disso, foi adotado omitindo a consulta a todas as partes sociais interessadas, com atenção específica a pais e a professores, violando de tal modo o princípio reafirmado no interior do próprio documento (p. 16) e o princípio previsto na mesma Recomendação europeia (Anexo VI, n. 31), de que emana.
- Da mesma estratégia predisposta pela UNAR fizeram parte também os três opúsculos publicados em janeiro de 2014 intitulados “Educar para a diversidade na escola”, destinados respectivamente às escolas elementares, médias e superiores (posteriormente retirados pelas ações legais tomadas pelos *Juristas pela Vida*). Os livretos tinham uma evidente natureza propagandística em favor da ideologia de gênero e homossexualista, e nas premissas se sustentava que, entre os vários critérios para definir o homófobo, estão em particular quatro: o grau de religiosidade – o crer “cegamente” em preceitos religiosos – afirmar que homossexualidade é um pecado – afirmar que a única atividade sexual lícita é aquela aberta à vida.
- A aplicação da *Estratégia nacional*, porém, continua em cada grau da escola, a partir do maternal. Há contos de fadas, canções de ninar, publicações, brincadeiras e atividades didáticas que circulam em numerosas escolas maternais e elementares por execução de um outro documento programático: o *Padrão para a Educação Sexual na Europa*, disposto pelo Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial da Saúde, cuja difusão na Itália iniciou no fim de outubro de 2013. Para se ter uma ideia: as crianças da primeira faixa de idade, de zero a quatro anos, devem ser introduzidas à “masturbação infantil precoce”, à “descoberta do próprio corpo e dos próprios genitais”, e a “adquirir consciência da identidade de gênero” (de 0 a 4 anos!). Tudo é mascarado por projetos educativos financiados para “promoção das diferenças” e para o enfraquecimento de “estereótipos”.

INTERVENÇÕES RECENTES DOS PAPAS SOBRE GÊNERO

Papa Bento XVI

“...Não é uma metafísica superada, se a Igreja falar da natureza do ser humano como homem e mulher e pedir que esta ordem da criação seja respeitada. Trata-se aqui do fato da fé no Criador e da escuta da linguagem da criação, cujo desprezo seria uma autodestruição do homem e portanto uma destruição da própria obra de Deus. O que com frequência é expresso e entendido com a palavra 'gênero', resolve-se em definitiva na auto-emancipação do homem da criação e do Criador. O homem pretende fazer-se sozinho e dispor sempre e exclusivamente sozinho o que lhe diz respeito. Mas desta forma vive contra a verdade, vive contra o Espírito criador”.

(22/12/2008 – [Discurso do Santo Padre Bento XVI à Cúria Romana](#))

“A Igreja reitera o seu grande sim à dignidade e à beleza do matrimônio, como expressão de aliança fiel e fecunda entre um homem e uma mulher, e o seu não a filosofias como aquela do *gênero* se motiva pelo fato de que a reciprocidade entre masculino e feminino expressa a beleza da natureza desejada pelo Criador”.

(19/01/2013 – [Discurso à plenária do Pontifício Conselho “Cor Unum”](#))

Papa Francisco

“...em 1995, uma Ministra da Educação pedira um grande empréstimo para construir escolas para os pobres. Deram-lhe o empréstimo com a condição de que, nas escolas, houvesse um livro para as crianças de certo grau de escolaridade. Era um livro escolar, um livro didacticamente bem preparado, onde se ensinava a teoria do *gender*. Esta senhora precisava do dinheiro do empréstimo, mas havia aquela condição. Sagaz, disse que sim e fez preparar outro livro, tendo dado os dois e assim resolveu o problema... Esta é a colonização ideológica: invadem um povo com uma ideia que não tem nada a ver com o povo: com *grupos* do povo, sim; mas não com o povo. E colonizam o povo com uma ideia que altera ou quer alterar uma mentalidade ou uma estrutura”.

(19/01/2015 – [Conferência de imprensa com os jornalistas durante a viagem de retorno das Filipinas](#))

“Há as colonizações ideológicas das famílias, modalidades e propostas que estão na Europa e provêm também do Ultramar. Depois o erro da mente humana que é a teoria de gênero, que cria muita confusão. Assim a família está sob ataque”.

(21/03/2015 – [Visita pastoral a Pompeia e Nápoles – Encontro com os jovens na orla de Caracciolo](#))

“É a experiência que no-lo ensina: para se conhecer bem e crescer harmoniosamente, o ser humano tem necessidade da reciprocidade entre homem e mulher. Quando isto não se verifica, as consequências são evidentes. Somos feitos para nos ouvir e ajudar reciprocamente. Podemos dizer que sem o enriquecimento mútuo neste relacionamento — no pensamento e na ação, nos afetos e no trabalho, mas também na fé — os dois não conseguem nem sequer entender até ao fundo o que significa ser homem e mulher.

A cultura moderna e contemporânea abriu novos espaços, outras liberdades e renovadas profundidades para o enriquecimento da compreensão desta diferença. Mas introduziu inclusive muitas dúvidas e um grande ceticismo. Por exemplo, pergunto-me se a chamada teoria de *gênero* não é também expressão de uma frustração e resignação, que visa cancelar a diferença sexual porque já não sabe confrontar-se com ela. Sim, corremos o risco de dar um passo atrás. Com efeito, a remoção da diferença é o problema, não a solução”.

(15/04/2015 – [Audiência Geral do Papa Francisco na Praça São Pedro](#))

“A complementaridade entre o homem e a mulher, ápice da criação divina, é hoje posta em discussão pela chamada *ideologia de gênero*, em nome de uma sociedade mais livre e justa. As diferenças entre homem e mulher não visam a oposição nem a subordinação, mas a comunhão e a geração, sempre à 'imagem e semelhança' de Deus. Sem a entrega mútua, nenhum dos dois consegue compreender-se profundamente nem sequer a si mesmo”.

(08/06/2015 – [Discurso aos Bispos de Porto Rico em Visita “ad Limina Apostolorum”](#))

“Os nossos jovens e crianças começam a ouvir estas ideias estranhas, estas colonizações ideológicas que envenenam a alma e a família: devemos agir contra isto. Há duas semanas, uma pessoa — um homem muito católico, competente, jovem — dizia-me que os seus filhos frequentam a primeira e a segunda classe da escola primária e que à noite, ele e a esposa muitas vezes 're-catequizavam' as crianças devido ao que ensinavam alguns professores ou os livros que usavam ali. Estas colonizações ideológicas fazem muito mal e destroem uma sociedade, um país, uma família. (...) O Senhor escolheu-vos para que vos ameis e transmitais a vida. Estas duas situações são a vocação dos pais. (...) Tornar-se pai e mãe significa deveras realizar-se plenamente, porque consiste em tornar-se semelhante a Deus. (...) A essência do ser pais funda-se na diversidade de ser, como recorda a Bíblia, varão e mulher. Esta é a 'primeira' e mais fundamental diferença, constitutiva do ser humano. É uma riqueza. As diferenças são riquezas. Há muita gente que tem medo das diferenças, mas elas são riquezas. E esta diferença é a 'principal' e fundamental, constitutiva do ser humano. (...) Este desafio de levar em frente as diferenças enriquece-os, amadurece-os, torna-os grandes e com os olhos brilhantes de alegria, pelos muitos anos vividos no amor. Que grande riqueza é esta diversidade, uma diversidade que se torna complementariedade, mas também reciprocidade. Como um ponto aqui e outro ali. E a reciprocidade e complementariedade na diferença é muito importante para os filhos. Os filhos amadurecem quando vêem o pai e a mãe assim; amadurecem a própria identidade no confronto com o amor que sentem o pai e a mãe, no confronto com esta diferença”.

(14/06/2015 – [Discurso do Santo Padre Francisco na abertura do Congresso da Diocese de Roma](#))

“Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente. Assim, é possível aceitar com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador, e enriquecer-se mutuamente. Portanto, não é salutar um comportamento que pretenda 'cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela”.

([Laudato si'](#), *sobre o cuidado da casa comum*, n. 155)

ANÁLISES CULTURAIS DO FENÔMENO DO GÊNERO

1. Gênese do fenômeno²

- Nos anos 50 impôs-se a posição “construtivista”, sustentando que o feminino não correspondia a uma qualidade ontológica, mas a lógicas histórico-sociais tanto de subordinação quanto de produção da identidade sexual e de gênero. Esta nova visão se baseava em Simone de Beauvoir que, em *Segundo Sexo*, afirmava: a mulher, oprimida no seu papel pela sociedade patriarcal, “foi e continua a ser cúmplice do homem na 'condição' de inferioridade em que o homem a colocou, tornando-a seu 'outro constitutivo’”, ou seja, funcional para o sistema machista. Não obstante, a mulher tem uma predisposição à liberdade radical e universal, comum a todo ser humano, de modo que não poderá haver uma dedicação feminina ao outro a não ser como fruto consciente de uma escolha e de uma autodeterminação radical. Para dizê-lo com suas ainda célebres palavras: “Mulher não se nasce, se torna. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define o aspecto que a fêmea humana desempenha no seio da sociedade”.
- No início dos anos 70 a herança de Simone de Beauvoir foi recolhida pelo feminismo radical estadunidense – sobretudo de matriz lésbica -, com o intento de emancipar a sexualidade dos papéis em que a sociedade patriarcal a tinha colocado e resgatá-la segundo essas palavras de Adrienne Rich, adepta da *politics location* (política do situar-se): “Somos as mesmas em nossa corporalidade feminina, mas o corpo não é apenas natureza (sexo), mas também e especialmente cultura, isto é, ponto de interseção entre o biológico, o social, o simbólico (gênero)”.

A teoria de gênero, então, nasceu funcional para tal movimento: se não há diferença sexual, se não há diversidade entre os seres humanos e todos são iguais, não há razão para negar às mulheres a emancipação. Na prática, em vez de pedir direitos iguais na diversidade, quis-se negar a diversidade para fundar a igualdade dos direitos. Depois das mulheres, vieram os homossexuais, que tinham que se livrar do problema de uma identidade não valorizada pela sociedade. E, através do gênero, tiveram êxito³.

A teoria de gênero pode ainda ser considerada como uma enésima versão das utopias igualitárias que ao longo de dois séculos percorrem o panorama ideológico do ocidente (igualdade de classes, de valores, de crenças religiosas, de raças, etc.). Todas estas ideologias não veem que a diferenças, por si, não se opõe à igualdade, mas ao nivelamento, à uniformidade indistinta e à identidade forçada. Mas, negando a diferença sexual, a teoria de gênero, mesmo se se apresenta apenas como um alargamento das identidades sexuais a fim de aumentar as possibilidades de escolha individual, transforma definitivamente a cultura ocidental, mudando completamente os três nós fundamentais de qualquer sistema antropológico: 1) a ideia de natureza e de identidade natural; 2) o conceito de família; 3) a procriação.

2. A teoria de gênero no contexto da revolução cultural dos últimos 25 anos⁴

Características da revolução cultural

A “teoria de gênero” é apenas um dos tantos elementos que caracterizam a “nova ética global” que invadiu o mundo a partir dos anos 90, que, por sua vez, é o fruto de uma verdadeira e própria “revolução cultural” (que aconteceu silenciosamente e não foi percebida por ninguém). Estas são as características principais:

2 Cf. P. VANZAN S.J., «Gender» e rapporto uomo-donna: femminismo o «reciprocità asimmetrica»? in *Civiltà Cattolica*, 2009, Vol. 1, pp. 550-562.

3 Cf. *Identità e Genere*, Dossier a cura di D.Q. – Agenzia Fides 24/11/2007.

4 Cf. M. A. PEETERS, *La nuova etica Globale: sfide per la Chiesa*, Institute for Intercultural Dialogue Dynamics, Bruxelles, Belgio, 2006, publicado *on-line* em www.forumfamiglieumbria.org em 21/12/2014.

Uma nova linguagem

Exemplos: globalização humanizante, cidadania global, desenvolvimento sustentável, boa governança, ética mundial, diversidade cultural, liberdade cultural, diálogo entre civilizações, qualidade de vida, educação para todos, educação de qualidade, educação entre “iguais”, educação para a paz, escolha informada, consenso informado, “gênero”, oportunidades iguais, princípio de equidade, emancipação (das mulheres, das crianças), *empowerment*, homoparentalidade, homofobia, orientação sexual, estilos de vida, integridade corpórea, aborto “sem risco”, acesso aos direitos, direito de escolha, direitos sexuais e reprodutivos, direitos das mulheres, direitos das crianças, direitos das gerações futuras, organizações não-governamentais (ONG), sociedade civil, parcerias, transparência, participação de base, democracia participativa, redes transnacionais, holismo, construção de consenso, facilitação, abordagem inclusiva, campanhas de sensibilização, clarificação dos valores, agentes de transformação social, parlamento dos jovens, responsabilidade social das empresas, comércio justo, segurança humana, princípio de precaução, prevenção...

A nova linguagem global tende a excluir explicitamente termos pertencentes à tradição judaico-cristã, como:

verdade, identidade, moral, consciência, razão, coração, vontade, pais, esposo, marido, mulher, mãe, pai, filho, filha, virgindade, castidade, complementaridade, serviço, autoridade, hierarquia, justiça, lei, mandamento, dogma, fé, caridade, esperança, sofrimento, pecado, amigo, inimigo, natureza, representação democrática...

De simples conceitos a “paradigmas globais” normativos

Os novos conceitos se transformaram em paradigmas globais que assinalam a passagem da civilização ocidental da modernidade para a pós-modernidade, ou seja:

do desenvolvimento como crescimento para o desenvolvimento sustentável; do governo para a governança; da democracia representativa para a democracia participativa; da autoridade para a autonomia e para os direitos do indivíduo; das hierarquias para a igualdade; dos esposos para os parceiros; da felicidade para a qualidade de vida; do dado para o construído; da família para a família sob todas as suas formas; dos pais para os reprodutores; do conhecimento para a competência; do crescimento para o equilíbrio; da vida humana para a vida sob todas as suas formas; das necessidades materiais objetivas e mensuráveis para a abordagem arbitrária dos direitos; da caridade para os direitos; do sofrimentos com dignidade para o direito de morrer; da identidade cultural para a diversidade cultural; da segurança internacional para a segurança humana; da abordagem setorial para a abordagem holística; do voto da maioria para o consenso; do dogma para a liberdade de interpretação; do internacional para o global; dos valores universais para a ética global e assim por diante.

“Princípios dinâmicos” que influenciam todos os setores da vida

As novas normas já têm levado a transformações concretas e irreversíveis em todos os setores da vida social e política: novas leis, mudanças radicais de mentalidade e de estilos de vida, códigos de comportamento para as instituições e para as empresas, transformação dos conteúdos dos manuais e dos currículos escolares, novas normas e métodos de tomada de decisão na política, nos cuidados sanitários e nos sistemas educativos, novas prioridades estratégicas para a cooperação internacional, uma abordagem radicalmente nova para o desenvolvimento, uma transformação fundamental dos princípios e dos mecanismos da democracia, um novo *ethos* social e que vai se impondo a todos nós.

Uma cultura onipresente

As novas normas embebem a cultura das organizações internacionais, supranacionais e locais, a cultura dos governos e dos ministérios, a cultura dos partidos políticos (sejam de esquerda ou direita) e das autoridades locais, a cultura das empresas, a cultura dos sistemas educativos e sanitários, a cultura da mídia, a cultura de inumeráveis redes de ONG e de governança transnacional. Do mesmo modo, a nova linguagem penetrou até nas grandes religiões – e até um bom número de ONGs e organizações caritativas cristãs não tem resistido à sua atração, sem se preocupar com as possíveis consequências de um tal alinhamento para a fé.

Não obstante a aparência (enganadora), não se trata de uma cultura “neutra”!

Em qualquer lugar do mundo, a sociedade e as nações vivem hoje em dia num contexto cultural dirigido por valores como “sustentabilidade”, “consenso”, “livre escolha”, “igualdade de sexos”, “diversidade”, “holismo”, “participação de base”, etc. Bem ou mal, mais ou menos conscientes, a cultura mundial nos educa a todos. O conteúdo desta cultura, exteriormente sedutora, que tanto parece corresponder ao espírito do tempo, não é explícito e evidente, mas não é de fato neutro!

A ambivalência dos valores permite promover (de forma oculta) programas radicais

A ambivalência não é, como muitas vezes se tende a crer, sinônimo de tolerância e escolha. A ambivalência constitui um processo de desconstrução da realidade e da verdade que leva ao exercício arbitrário do poder e à intolerância – às imposições de programas da parte de minorias manipuladoras sobre maiorias inconscientes.

Um sistema único que pretende ser aceito integralmente

Os novos conceitos são interativos, interdependentes, inseparáveis. Eles se reforçam mutuamente. Pertencem a um sistema, a um todo onde tudo está em tudo. Exemplo: a “boa governança”, ela implica a “construção do consenso” e a “participação de base” (ou seja, das ONGs), que implicam o “desenvolvimento sustentável”, que, por sua vez, passa pela “igualdade de sexos”, que por sua vez implica no “acesso global à saúde reprodutiva”, que por sua vez se fundamenta sobre o “direito de escolha”, do qual o aborto “sem riscos” é a condição primária.

Uma tirania não (ainda) jurídica, mas cultural

No geral, as novas normas não foram ainda introduzidas no direito internacional e ainda não vinculam juridicamente os vários estados. Mas a nova tirania vem sendo exercida de outro modo. Os estados não são nem os seus únicos e nem os seus primeiros “embaixadores”. Antes de tudo, as mentalidades e os comportamentos dentro das culturas do mundo inteiro.

Todos aderiram à nova ética!

A nova ética, na prática, já governa as nações do mundo. Todos os atores sociais e políticos influentes, em qualquer lugar do mundo, não somente não opuseram resistência, como internacionalizaram e se apropriaram dos novos paradigmas. O alinhamento está generalizado.

Uma revolução “silenciosa”

A revolução cultural mundial passou largamente sem ser vista. Nem ao menos se verificou, em nenhum país do mundo, um debate democrático aberto e contínuo sobre o conteúdo dos novos conceitos. Nenhuma posição ou resistência organizada se manifestou até hoje. Tudo se desenvolveu sem ruído, pela via consensual, de facilitação, através de campanhas de sensibilização e de conscientização.

Os grupos de pressão promovem a nova cultura contornando os estados nacionais

A revolução se produziu por cima (pela ONU) e por baixo (sobre o plano daquilo que é chamado de “movimento da sociedade civil”) do nível nacional. Os verdadeiros “proprietários” da nova ética não são os governos e os cidadãos que eles representam, mas os grupos de pressão que perseguem interesses particulares e que se apossaram silenciosamente do poder normativo mundial.

Um “câncer” que corrompe por dentro sem mudar as instituições

Tendo contornado os princípios democráticos, a revolução não revirou as estruturas externas das instituições políticas. As radicais mudanças de mentalidade e de comportamento foram produzidas no interior das instituições, no interior das famílias, das escolas, dos hospitais, das empresas, dos ministérios, dos governos, da cultura, das organizações religiosas – da Igreja. Isso explica por quê o perigo ainda não foi identificado pela maioria das pessoas.

Crônica da revolução cultural

Como surgiu a revolução cultural? A conjuntura histórica que se verifica em seguida à queda do muro de Berlim facilitou a tomada do poder normativo mundial da parte de minorias ativas no seio das organizações internacionais e, em particular, da Organização das Nações Unidas, a ONU. Estas minorias (todas pessoas imbuídas de uma mentalidade relativista, niilista, pós-sessentaeoitina), uma vez assumindo papéis diretivos na ONU, impuseram a todos a sua visão do mundo, dando aval a uma revolução cultural global. Estas são as passagens principais:

- 1989: fim da guerra fria e novas aspirações da humanidade (reconciliação entre os povos, participação de base nas decisões, integração consciente das questões humanas e ambientais nas políticas, subsidiariedade, justiça, diálogo autêntico entre as culturas e as religiões, respeito recíproco)
- Anos 90: a globalização se difunde em nível planetário
- A ONU se propõe (e se impõe) como “autoridade moral universal”
- A ONU se faz portavoz de uma nova ética global que torne a globalização “ética e humana”
- A ONU cria um consenso mundial em torno da sua “nova ética” com 9 conferências mundiais (1990-1996): educação (Jomtien, 1990); infância (Nova Iorque, 1990); meio-ambiente (Rio de Janeiro, 1992); direitos humanos (Viena, 1993); população (Cairo, 1994); desenvolvimento social (Copenhague, 1995); mulheres (Pequim, 1995); *habitat* (Istambul, 1996); segurança alimentar (Roma, 1996)
- De 1996 até hoje: a ONU aplica os princípios elaborados nas 9 conferências, emanando documentos programáticos e assegurando financiamento a quem os aplica.

Algumas “distorções” da revolução cultural

- “Consenso mundial” ou imposição de uma elite ideológica de *experts*?
- 1989. Fim das utopias políticas: só contam as “questões pragmáticas neutras” (degradação ambiental, desigualdade entre os sexos, crescimento demográfico, violação dos direitos humanos, crescimento da pobreza, falta de acesso a medicamentos, etc.)
- A ciência e a técnica, que pretendem resolver toda as “questões pragmáticas”, são realmente “neutras”?

- Quem orienta, influencia e dirige os organismos da ONU?
- A colaboração entre atores governativos e não governativos (princípio de parcerias) favorece realmente a democracia?
- Os novos padrões políticos são ditados por governos legítimos ou por grupos de interesse?
- Os cidadãos do mundo estão envolvidos no “consenso global” ou sofrem-no como uma ditadura?

Raízes culturais: pós-modernidade e radicalismo

A pós-modernidade

A revolução cultural encontrou seu equilíbrio na pós-modernidade. A pós-modernidade primariamente desestabiliza ou desconstrói a modernidade – ou seja, a síntese cultural que prevaleceu no Ocidente a partir dos tratados de Westfália (1648). A pós-modernidade, de um certo ponto de vista, apresenta um caráter providencial enquanto contestou os abusos da modernidade como o racionalismo, o institucionalismo, o formalismo, o autoritarismo, o marxismo e o pessimismo liberal. Todavia, nos seus aspectos radicais, ela impulsiona, mais do que a modernidade, a apostasia ocidental.

Uma “nova teologia” na base da “nova ética”⁵

A transcendência de Deus foi relegada “para a outra margem”, consignando a imanência do homem: Deus não tem nada a ver com a vida do homem, com a realidade concreta, o “imanente”; se alguém quer ainda falar de Deus, pode fazê-lo mas comente em âmbito privado e “espiritual”, “ultraterreno”, que não incide sobre a realidade concreta da existência.

Do séc. XVIII em diante foi progressivamente desconstruída a identidade mais profunda da pessoa em várias etapas: 1) Deísmo: fim do Pai celeste; 2) Freud: morte do pai; 3) Feminismo: morte da mãe; 4) Revolução sexual: morte do esposo/esposa (em seu lugar, os “parceiros”, múltiplos e temporários). O deserto social criado pelo desaparecimento de pai, mãe, esposo, filho, filha (ou seja, da família) foi preenchido, a partir dos anos 60, pelos “engenheiros sociais” (sobretudo franceses e americanos) que começaram um projeto de reconstrução da sociedade sobre uma base secularista (a “civilização não repressiva” de Marcuse), na qual um dos imperativos é que todas as “escolhas” sejam tratadas igualmente (aborto, eutanásia, gênero, etc).

Primeiro postulado da pós-modernidade: a realidade não tem um conteúdo objetivo, tudo é construção social e interpretável de vários modos

Uma verdade e uma realidade, de fato, em si, não existem. Se portanto o “dado” não existe, agora as normas e as estruturas sociais, políticas, jurídicas, espirituais podem ser desconstruídas e reconstruídas a bel prazer, segundo as transformações socioculturais do momento e a escolha do indivíduo (êxito extremo do desconstrucionismo de Jacques Derrida). A ética global pós-moderna celebra as diferenças, a diversidade das escolhas, a diversidade cultural, a liberdade cultural, a diversidade sexual (diferentes orientações sexuais). Esta “celebração” é na realidade a da “libertação” do homem e da mulher quanto às condições existenciais nas quais Deus lhes situou: é a destruição da compreensão racional e teológica do homem e do universo.

Segundo postulado da pós-modernidade: a libertação de qualquer quadro normativo

5 Cf. M. A. PEETERS, *The Citizen and the Person. Rebellion and reconciliation*, Institute for Intercultural Dialogue Dynamics, Bruxelles, Belgio, 2014.

O indivíduo, para poder exercer o seu direito de escolha, deve poder “libertar-se” de qualquer sistema de normas – seja esse semântico (definições claras), ontológico (o ser, o dado), moral (as normas transcendentais), social (os tabus, as censuras), cultural (as tradições) ou religioso (o ensinamento das religiões, a doutrina da Igreja). Tal pretensão “libertação” torna-se um imperativo da nova ética pós-moderna.

Diferenças entre a “nova ética” e a Declaração Universal dos Direitos Humanos

Quando, em 1948, foi adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a cultura ocidental ainda reconhecia a existência de uma ordem “dada” ao universo. Os direitos humanos deviam agora ser simplesmente reconhecidos, declarados, não fabricados *ex nihilo*, enquanto inerentes à natureza humana. A universalidade dos direitos possuía uma dimensão transcendente e, por consequência, implicações morais. Por sua vez, a nova ética global não admite nenhuma “lei natural”, nenhuma referência transcendente, nenhuma “ordem” que preceda as escolhas arbitrárias do homem (coisa que todos os países da Declaração de 48 tinham como certa).

O único “princípio universal” permanente é o “direito de escolha”

A pós-modernidade reivindica o direito de exercer a própria liberdade individual contra a lei natural, contra as tradições e contra a revelação divina. Ela refunda o estado dito “de direito” e a democracia sobre o direito de escolha, no qual inclui o direito de fazer escolhas intrinsecamente más: aborto, homossexualidade, “amor livre”, eutanásia, suicídio assistido, negação de toda forma de autoridade ou de legítima hierarquia, “tolerância” obrigatória de todas as opiniões, espírito de desobediência que se exprime em formas tão numerosas quanto variadas.

Princípio metodológico adotado: evitar toda definição clara para permitir que os paradigmas pós-modernos se adaptem a todas as “escolhas” individuais

Os *experts* que forjaram os conceitos típicos da nova linguagem recusaram-se explicitamente a defini-los claramente, citando o argumento de que defini-los significaria limitar a possibilidade de escolher a interpretação que se lhes quer atribuir e que isso viria a contradizer a regra do direito de escolha. Por conseguinte, os paradigmas pós-modernos não estão ligados a um significado estável e unívoco: eles constituem, por assim dizer, espaços de interpretação, processos de mudança perpétua, que se expandem indefinidamente na medida em que os valores da sociedade vão se transformando e emergem novas possibilidades de escolha, que por sua vez ampliam e modificam as interpretações dos novos paradigmas. Os engenheiros sociais definem-nos como “holísticos”, já que seriam inclusivos de “todas” as escolhas possíveis.

Desconstrução antropológica da pessoa humana

Segundo a ética pós-moderna, o indivíduo é o “livre” criador do seu destino e de uma nova ordem social. Ele pode escolher ser homossexual hoje e bissexual amanhã (orientação sexual). As crianças podem escolher a própria opinião, independente dos valores que recebem de seus pais (direitos das crianças). Os alunos e estudantes escolhem seu próprio currículo na escola e na universidade, educam-se um ao outro (educação entre iguais), e os instrutores e professores tornam-se simples “facilitadores”. O conteúdo da educação não comporta mais conhecimento estável e objetivo, mas torna-se um meio para adquirir “competências para viver bem”, técnicas para reivindicar os próprios direitos, proteger-se de doenças e gozar do maior grau de bem-estar. Os grupos de mulheres “clarificam” a doutrina da Igreja e a democratizam (clarificação dos valores, democracia participativa). O *lobby* da eutanásia faz-se obstinado defensor da “dignidade humana”. Somos todos cidadãos iguais que gozam de direitos iguais, ligados uns aos outros por relações contratuais privadas de amor. O que antes de tudo a ética global destrói é a estrutura antropológica da pessoa

humana.

A nova hierarquia de valores da ética pós-moderna

A ética global põe o prazer sobre o amor, a saúde e o bem-estar sobre a sacralidade da vida, a participação na boa governança dos grupos radicais sobre a representação democrática, os direitos das mulheres sobre a maternidade, a autonomia do indivíduo egoísta sobre toda forma de autoridade legítima, a ética sobre a moral, o direito de escolha sobre a lei eterna inscrita no coração do homem, a democracia e o humanismo sobre a revelação divina - em substância, a imanência sobre a transcendência, o homem sobre Deus, o “mundo” sobre o “céu”.

Um inimigo invisível

No passado, o que o Ocidente chamava de “inimigo” (como, por exemplo, o marxismo-leninismo, as ditaduras sanguinárias) era claramente identificável. Na civilização pós-moderna, o inimigo é impalpável, oculto, interior às instituições, “amigável”, difuso, incoerente, descentralizado, silencioso, invisível, global. As suas estratégias são doces e sutis, operantes na base, culturais, informais. Seu resultado final é a desconstrução do homem e da natureza e a difusão cultural da apostasia no mundo, em particular nos países em vias de desenvolvimento.

Uma cultura a ser evangelizada

Todavia, como os sistemas ideológicos precentes, mesmo a ética global acabará por se autodestruir. Minada de contradições internas, não é duradoura e entrará em colapso. A civilização mundial emergente não necessariamente, porém, estará a ponto de retornar por si ao bom senso e aos valores tradicionais: a nova cultura deve ser evangelizada. A nova civilização mundial é chamada a ser aquela do amor. A nova cultura global pós-moderna é a cultura que a Igreja é chamada a evangelizar.

ALGUMAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS IDEÓLOGOS DE GÊNERO

1. *Apresentar projetos com finalidades unanimemente comuns para veicular o gênero*⁶

O gênero é associado, por exemplo, a programas de luta contra o estupro ou contra a mutilação, ou àqueles que objetivam garantir às mulheres maior acesso à terra, à educação, aos medicamentos, à herança, ao desenvolvimento socioeconômico. Mas a análise demonstra que o gênero é um processo revolucionário centrípeto: o núcleo rígido atrai para si os componentes dos diversos círculos, liga-os à sua ideologia em proporção à sua distância do centro e assegura a unidade ideológica do conjunto. Os projetos exteriormente mais aceitáveis terminam por ser eles mesmos contaminados por uma antropologia laicista, individualista e hedonista no centro.

2. *Usar categorias sociais frágeis como “escudos humanos”*⁷

Consiste no colocar diante do real objetivo a ser alcançado – a homossexualidade a assim chamada “identidade de gênero” (o sexo a que pertencer, você escolhes) – a vítima do *bullying*, a mulher, os deficientes, a mãe jovem, o migrante, o desempregado, a criança nascida na pobreza e aquela que cresceu com apenas um genitor, porque o pai e a mãe se divorciaram, o idoso, o negro, a pessoa de religião diferente, etc: de tal modo a mídia, o povo comum, as instituições, a igreja não poderão disparar contra a homossexualidade e a teoria do gênero exatamente porque protegida por outros sujeitos “frágeis”. Se você tentar atacar estes dois sujeitos, inevitavelmente golpeará os outros.

3. *Fazer apresentar propostas de lei por simples parlamentares (de perfil baixo) para mascarar todo um “programa” que há por trás (apoiado por um grupo mais amplo)*⁸

As maiores batalhas do nosso planeta para impor esta ideologia ocorreram nos mais influentes lugares de tomada de decisão de nosso planeta, como as instituições políticas, primeiros ambientes onde a ideologia é proposta para ser divulgada através da emanção de novas leis. A estratégia consiste em impulsionar um expoente político pouco conhecido, para atribuir-lhe a quase total responsabilidade da proposta de lei ideológica. As várias propostas são emanadas por simples expoentes do Parlamento Europeu, fazendo parecer à opinião pública que se trata de uma iniciativa ou da vontade de um indivíduo, quando na realidade é uma lei que encontra a aprovação de todos os componentes daquele partido político, que apoiam aquela moção.

4. *Criar uma nova mentalidade partindo das crianças (mais influenciáveis que os adultos)*⁹

Quem manobra os fios da difusão do gênero sabe muito bem que é muito difícil transplantar a cultura do gênero num homem e numa mulher adultos, que trazem sobre os ombros uma longa experiência de identidade sexual coerente com o próprio gênero humano. Por esta razão, estes “diretores” visam mudar as novas gerações a partir das crianças. E para fazê-lo eles pensaram em recorrer à edição. As imagens e os conceitos contidos em muitos livros escolares são de fato inequívocos: crianças rodeadas de dois homens ou duas mulheres, meninos vestidos como meninas e meninas travestidas de meninos e assim por diante. O perigo desses textos é fazer passar conceitos desordenados como algo de normal. Revirar a ordem da natureza, através de imagens e palavras, é a última fronteira do imperialismo de um certo modo de conceber a origem e o fim da vida.

6 Cf. M. A. PEETERS, *La nuova etica Globale*, op. cit.

7 Cf. T. SCANDROGLIO, *Tutta l'opera di rieducazione dalla A alla Z*, publicado *on-line* em www.lanuovabq.it em 12/06/2015.

8 Cf. O. RINALDI, *La casa editrice che fa propaganda gender*, publicado *on-line* em www.zenit.org em 09/06/2015.

9 Cf. O. RINALDI, op. cit.

GRANDE DESAFIO EDUCATIVO

Da [audiência geral do Papa Francisco na Praça São Pedro, em 20/05/2015](#):

“...ponderaremos acerca de uma característica essencial da família, ou seja, a sua vocação natural para educar os filhos a fim de que cresçam na responsabilidade por si mesmos e pelo próximo. (...) Mas sobretudo uma pergunta: como educar? (...) Intelectuais 'críticos' de todos os tipos silenciaram os pais de mil maneiras, para defender as jovens gerações contra os danos — verdadeiros ou presumíveis — da educação familiar. (...) Abriu-se uma ruptura entre família e sociedade, entre família e escola; hoje o pacto educativo interrompeu-se; e assim, a aliança educativa da sociedade com a família entrou em crise, porque foi minada a confiança recíproca. (...) Multiplicaram-se os chamados 'peritos', que passaram a ocupar o papel dos pais até nos aspectos mais íntimos da educação. Sobre a vida afectiva, a personalidade e o desenvolvimento, sobre os direitos e os deveres, os «peritos» sabem tudo: finalidades, motivações, técnicas. E os pais só devem ouvir, aprender a adaptar-se. (...) Tendem a confiá-los cada vez mais aos 'peritos', até nos aspectos mais delicados e pessoais da sua vida, pondo-se de parte sozinhos; e assim, hoje, os pais correm o risco de se auto-excluir da vida dos próprios filhos. E isto é gravíssimo! (...) Portanto, os pais não devem auto-excluir-se da educação dos filhos. (...) A vida não se faz no laboratório, mas na realidade. (...) Se a educação familiar resgatar o orgulho do seu protagonismo, os pais incertos e os filhos decepcionados serão grandemente beneficiados. Chegou a hora de os pais e as mães voltarem do seu exílio — porque se auto-exilaram da educação dos próprios filhos — e recuperarem a sua função educativa”.

PARA APROFUNDAMENTO

CONSEIL PONTIFICAL POUR LA FAMILLE, **Gender, La controverse**. Pierre Téqui éditeur, 2005.

ANGELA APARISI MIRALLES (ed.), **Persona y Género**, Universidad de Navarra. Instituto de Ciencias para la Familia, Thomson Reuters 2011.

BLANCA CASTILLA Y CORTÁZAR, **Persona y Género. Ser varon y ser mujer**, Ediciones Internacionales Universitarias, Eiunsa S.A. 1997.

DALE O'LEARY, "**The Gender-Agenda**". **Redefining Equality**, Vital Issues Press 1997 (trad. sp. **La agenda de género. Redefiniendo la igualdad**, Promesa 2007).

DALE O'LEARY, **One Man, One Woman: A Catholics Guide to Defending Marriage**, Sophia Institute Press 2007.

LIVIO MELINA e SERGIO BELARDINELLI (cur.), **Amare nella differenza. Le forme della sessualità e il pensiero cattolico: studio interdisciplinare**, Libreria Editrice Vaticana e Cantagalli 2012.

GABRIELE KUBY, **Gender revolution : il relativismo in azione**, Cantagalli, Siena 2008.

GABRIELE KUBY, **Die globale sexuelle Revolution – Zerstörung der Freiheit im Namen der Freiheit**, Fe-Medienverlag, Kißlegg 2012; (trad. ingl. **The Global Sexual Revolution: The Destruction of Freedom in the Name of Freedom**, Kisslegg 2012).

ÉLIZABETH MONTFORT, **Le genre démasqué. Homme ou femme? Le choix impossible...**, Édition Peuple Libre 2011.

MARGUERITE A. PEETERS, **La nuova etica Globale: sfide per la Chiesa**, Institute for Intercultural Dialogue Dynamics, Bruxelles, Belgio, 2006, publicado on-line em www.forumfamiglieumbria.org del 21/12/2014.

MARGUERITE A. PEETERS, **Il Gender. Una questione politica e culturale**, Ed. San Paolo 2014 (orig. franc. **Le gender: une norme politique et culturelle mondiale**. Outil de discernement, 2012).

MARGUERITE A. PEETERS, **The Citizen and the Person. Rebellion and reconciliation**, Institute for Intercultural Dialogue Dynamics, Bruxelles, Belgio, 2014.

PIERSANDRO VANZAN S.J., «**Gender**» e rapporto uomo-donna: **femminismo o «reciprocità asimmetrica»?** in *Civiltà Cattolica*, 2009, Vol. 1, pp. 550-562.